

Padrões Regionais da Deficiência em Idosos no Brasil: Uma Análise da Prevalência e Fatores Associados com Dados do Censo 2022.

Danielle Fernandes de Luna, Maria Eduarda Souza y José Vilton Costa.

Cita:

Danielle Fernandes de Luna, Maria Eduarda Souza y José Vilton Costa (2025). *Padrões Regionais da Deficiência em Idosos no Brasil: Uma Análise da Prevalência e Fatores Associados com Dados do Censo 2022*. XVIII Jornadas Argentinas de Estudios de Población - V Congreso Internacional de Población del Cono Sur. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Córdoba.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/xviii.jornadas.aepa/9>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/exQq/qaG>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



XVIII Jornadas Argentinas de Estudios de Población

V Congreso Internacional de Población del Cono Sur

Padrões Regionais da Deficiência em Idosos no Brasil: Uma Análise da Prevalência e Fatores Associados com Dados do Censo 2022

Danielle Fernandes de Luna

Programa de Pós-graduação em Demografia - PPGDEM/UFRN
danielleluna@outlook.com

Maria Eduarda Venceslau de Souza

Programa de Pós-graduação em Demografia - PPGDEM/UFRN
maria.eduarda.venceslau.706@gmail.com

José Vilton Costa

Programa de Pós-graduação em Demografia - PPGDEM/UFRN
josevilton@gmail.com

Resumo

O envelhecimento populacional brasileiro, intensificado a partir da década de 1970, tem implicações significativas para a saúde e a qualidade de vida dos idosos. Este estudo analisou padrões de deficiências autorreferidas na população com 60 anos ou mais, com foco em desigualdades regionais, raciais e de escolaridade. Foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2022, considerando sexo, grupo etário, raça/cor e taxa de analfabetismo. As análises mostraram aumento progressivo da prevalência de deficiência com a idade, atingindo mais de 60% entre idosos com 100 anos ou mais. As regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais em quase todos os grupos etários, enquanto Sudeste e Sul tiveram os menores valores até aproximadamente os 85 anos. Mulheres idosas exibiram prevalências superiores às dos homens, refletindo maior longevidade e desigualdades acumuladas ao longo da vida. Estratificações por raça/cor e analfabetismo revelaram que brancos e amarelos apresentaram menores prevalências, enquanto pretos, pardos e indígenas tiveram proporções significativamente mais altas, evidenciando a sobreposição de desigualdades sociais, raciais e regionais. Os resultados indicam que o envelhecimento saudável, objetivo central da OPAS e da OMS, ainda enfrenta desafios no Brasil, e que políticas públicas universais podem ser insuficientes para reduzir essas desigualdades. Estratégias focalizadas, que considerem gênero, raça/cor, escolaridade e território, são necessárias para promover maior equidade na saúde e funcionalidade da população idosa.

Palavras-chave: envelhecimento populacional; deficiência autorreferida; desigualdade regional; Brasil.

INTRODUÇÃO

No contexto da transição demográfica brasileira, é possível identificar seus primeiros sinais a partir da década de 1950, intensificando-se na década de 1970, quando taxas de fecundidade e mortalidade passaram por transformações significativas. A partir dos anos 1980, a redução desses indicadores tornou-se evidente em todas as regiões do país, ainda que de forma desigual (Vasconcelos & Gomes, 2012). No Nordeste, por exemplo, observou-se uma expressiva queda da mortalidade infantil e um notável crescimento da população idosa.

Tais transformações demográficas implicaram em uma transição epidemiológica marcada não por uma simples substituição das doenças infecciosas pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), mas pela sobreposição de desafios sanitários. Populações socialmente mais vulneráveis continuam expostas a doenças infecciosas e parasitárias (DIPs), ao mesmo tempo em que enfrentam o aumento das DCNTs (Luna, 2025). Nesse contexto, o envelhecimento da população — e, especialmente, a promoção de um envelhecimento saudável — tornou-se um tema central nas agendas públicas e internacionais. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), por meio da Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030, reconhece a necessidade de ampliar as oportunidades para que idosos mantenham sua saúde física e mental, autonomia e qualidade de vida (OPAS, 2025).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população com 60 anos ou mais no Brasil totalizava 32.113.490 pessoas, representando 15,6% da população — um aumento de 56% em relação a 2010 (IBGE, 2023). Estimativas do Ministério da Saúde indicam que, até 2030, o Brasil deverá apresentar uma inversão em sua pirâmide etária, com maior número de idosos do que de crianças até 14 anos (BRASIL, 2024).

O processo de envelhecimento populacional, ao implicar um desgaste progressivo das funções biológicas, contribui para o aumento da incidência de problemas de saúde, sendo a ocorrência de limitações funcionais ou deficiências permanentes — particularmente entre os grupos idosos e socialmente vulneráveis — uma questão de crescente relevância no contexto do envelhecimento demográfico.

Esse processo, impõe importantes desafios às políticas públicas, especialmente diante das desigualdades regionais, gerando questões como: “A prevalência de deficiências também apresentará padrões territoriais, sociodemográficos e econômicos

heterogêneos, que influenciam o modo como o envelhecimento se manifesta na população idosa do país?”

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo foi analisar os padrões de relação entre as deficiências autorreferidas na população idosa (60 anos ou mais) no Brasil, com ênfase nos diferenciais regionais.

Como objetivos específicos tivemos:

- Mensurar a prevalência de deficiência na população de 60 anos ou mais, partir das variáveis sociodemográficas de sexo, grupos etários, raça/cor e analfabetismo.
- Discutir os padrões regionais da prevalência de deficiência autorreferidas nesses idosos, e seu impacto na longevidade saudável.

METODOLOGIA

Para este trabalho, o número de pessoas com idade superior a 60 anos, por estado, grupo etário e sexo para o censo de 2022 foi obtido através da tabela 9514 do IBGE. Já o número de pessoas com deficiência considerando o mesmo recorte, foi obtido através da tabela 10125. A variável de escolarização utilizada foi a de taxa de analfabetismo, por cor ou raça, sexo e grupo de idades (60 anos ou mais) cuja informação está disponível na tabela 10135 do IBGE.

Os dados de analfabetismo, foram analisados por gênero e para o grupo de idade de pessoas com idade de 60 anos ou mais.

Já a estrutura de deficientes foi obtida a partir da padronização do número de deficientes considerando a estrutura etária do Brasil. O cálculo foi feito a partir da mensuração da proporção de idosos deficientes em cada grupo etário e sexo. Essa proporção foi obtida dividindo-se o número de idosos deficientes pelo número de idosos em cada grupo etário por sexo.

Obteve-se a proporção do total de idosos deficientes, por sexo, em cada estado, a partir da razão entre a soma dos idosos deficientes (idades de 60 anos ou mais) pela soma dos idosos (60 anos ou mais) para cada estado e por sexo.

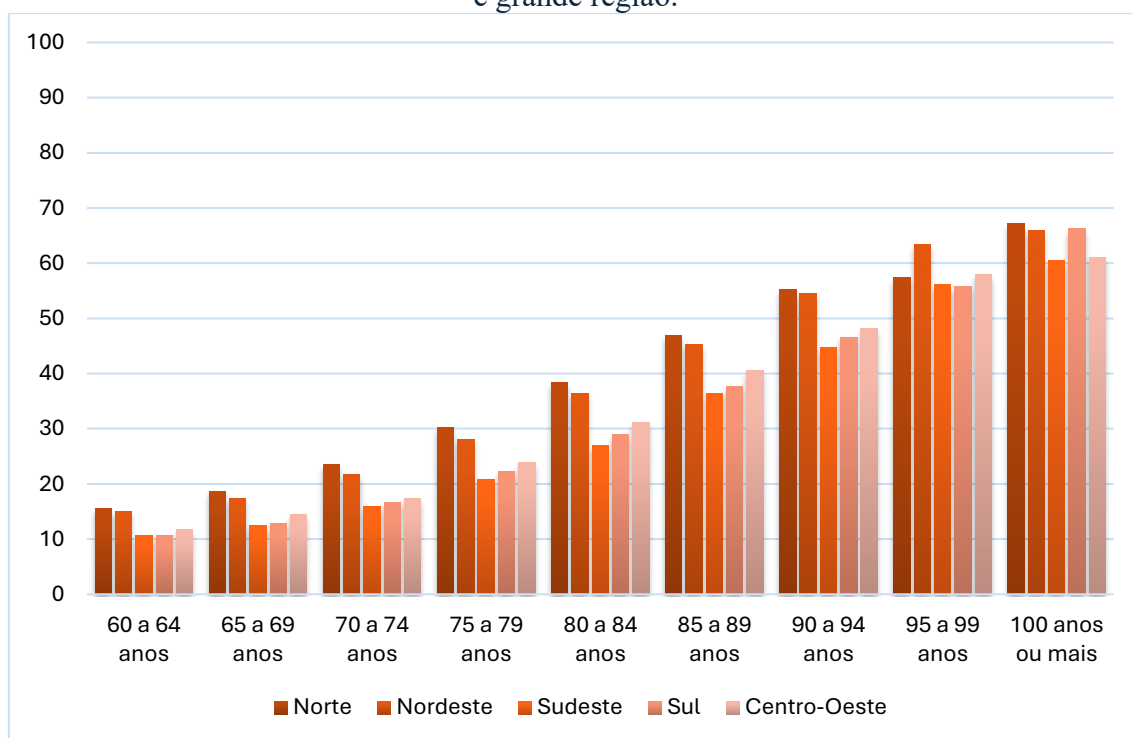
Cabem aqui dois destaques: primeiro os atrasos consecutivos na liberação dos microdados do Censo 2022, para que este estudo fosse realizado em sua totalidade;

segundo identificou-se evidente erro nas tabelas de dados do universo disponibilizadas pelo IBGE, pois apontam haver um número maior de idosos deficientes, para alguns estados, que o número de idosos existentes, o que é impossível.

RESULTADOS

Na primeira parte das análises, os resultados da proporção de idosos com deficiências autorelatadas, por sexo e grupo etário, por grandes regiões brasileiras (Gráficos 1 e 2), mostram a heterogeneidade do cenário do envelhecimento no país, assim como ocorreram nas transições demográfica e epidemiológica.

Gráfico 1 - Proporção de idosos homens com deficiência autorrelatada, por grupo etário e grande região.

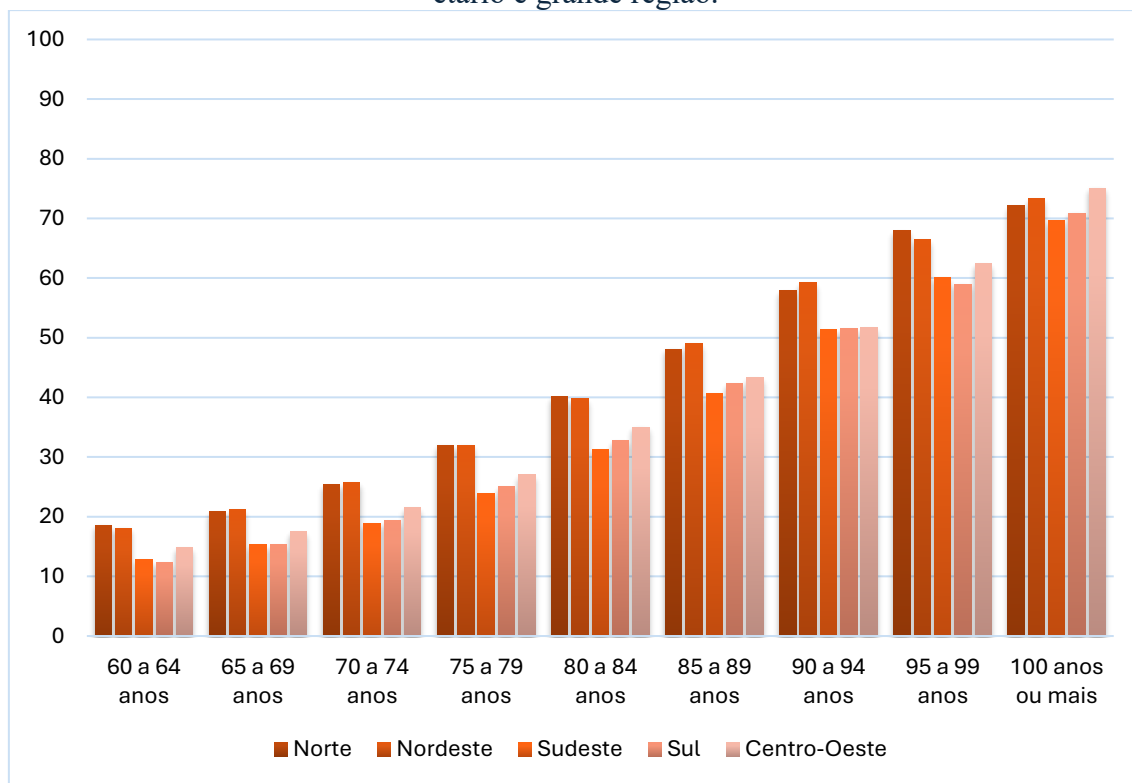


Fonte: Censo Demográfico IBGE (2022).

Os resultados indicam aumento progressivo da proporção de homens idosos com deficiência autorrelatada em todas as regiões brasileiras conforme o avanço da idade. Entre 60 a 64 anos, os percentuais variaram de 10,6% no Sudeste e Sul a 15,5% no Norte. Na faixa de 80 a 84 anos, os valores oscilaram entre 26,9% no Sudeste e 38,4% no Norte. Entre os idosos de 100 anos ou mais, as proporções ultrapassaram 60% em todas as regiões, com destaque para o Norte (67,2%) e Sul (66,2%).

Observou-se ainda que Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais em quase todos os grupos etários, enquanto Sudeste e Sul concentraram os menores valores até cerca dos 85 anos. O Centro-Oeste apresentou valores intermediários, aproximando-se do padrão observado no Sul.

Gráfico 2 - Proporção de idosas mulheres com deficiência autorrelatada, por grupo etário e grande região.



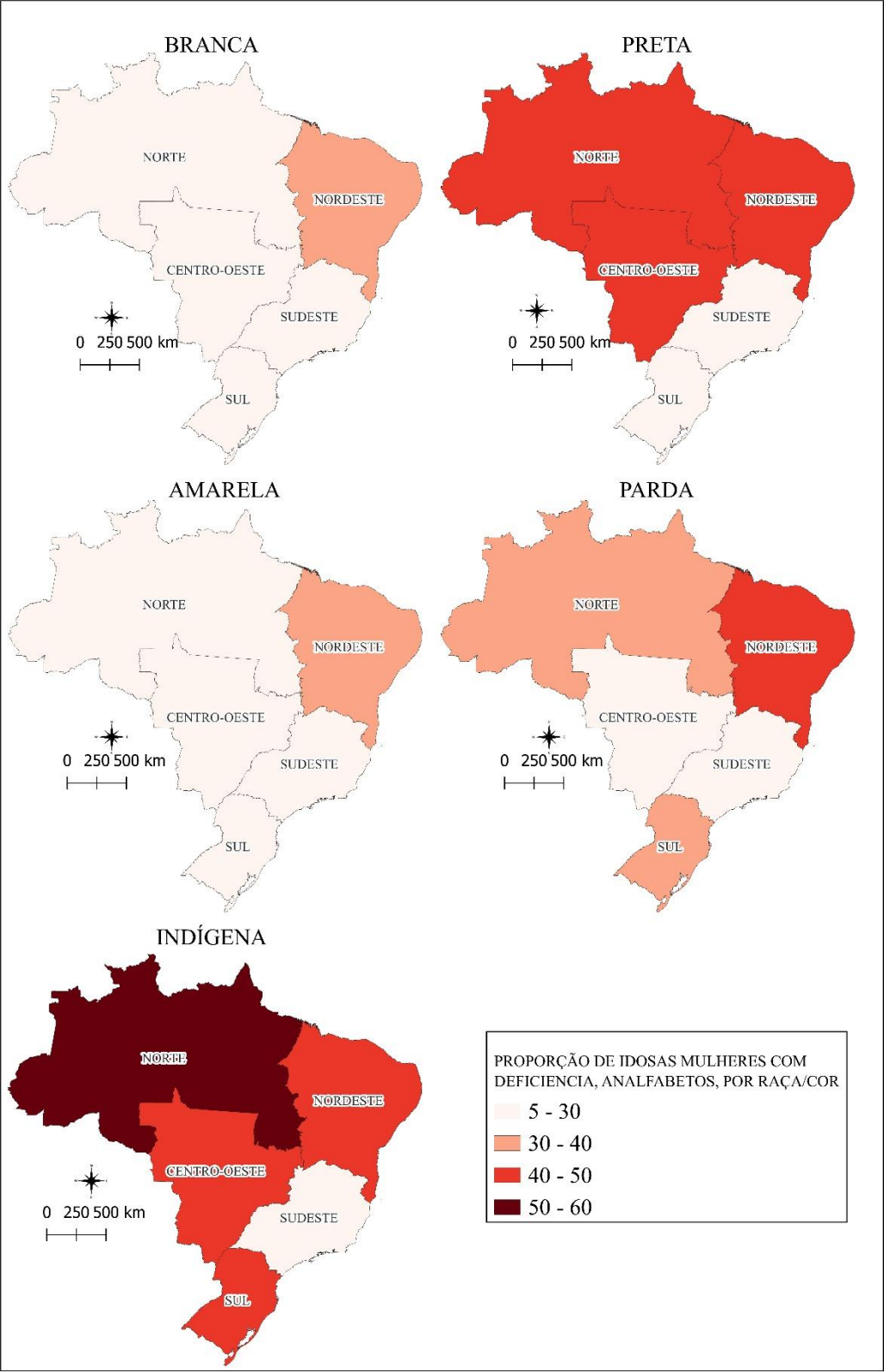
Fonte: Censo Demográfico IBGE (2022).

Entre as mulheres idosas, a proporção de deficiência autorrelatada também apresentou crescimento progressivo com o avanço da idade em todas as regiões do país. Na faixa de 60 a 64 anos, os valores variaram de 12,4% no Sul a 18,6% no Norte. Entre 80 a 84 anos, as proporções oscilaram de 31,2% no Sudeste a 40,1% no Norte. Já entre as mulheres com 100 anos ou mais, os percentuais ultrapassaram 69% em todas as regiões, chegando a 75,1% no Centro-Oeste e 73,3% no Nordeste.

Regionalmente, Norte e Nordeste apresentaram as maiores prevalências na maior parte dos grupos etários, enquanto Sul e Sudeste concentraram os menores

percentuais até aproximadamente os 85 anos. O Centro-Oeste manteve valores intermediários, aproximando-se dos patamares mais elevados nas idades mais avançadas.

Imagem 1 – Mapas das proporções de mulheres idosas (60 ou mais anos), com deficiência autorrelatada, analfabetas, por raça/cor e grandes regiões do Brasil

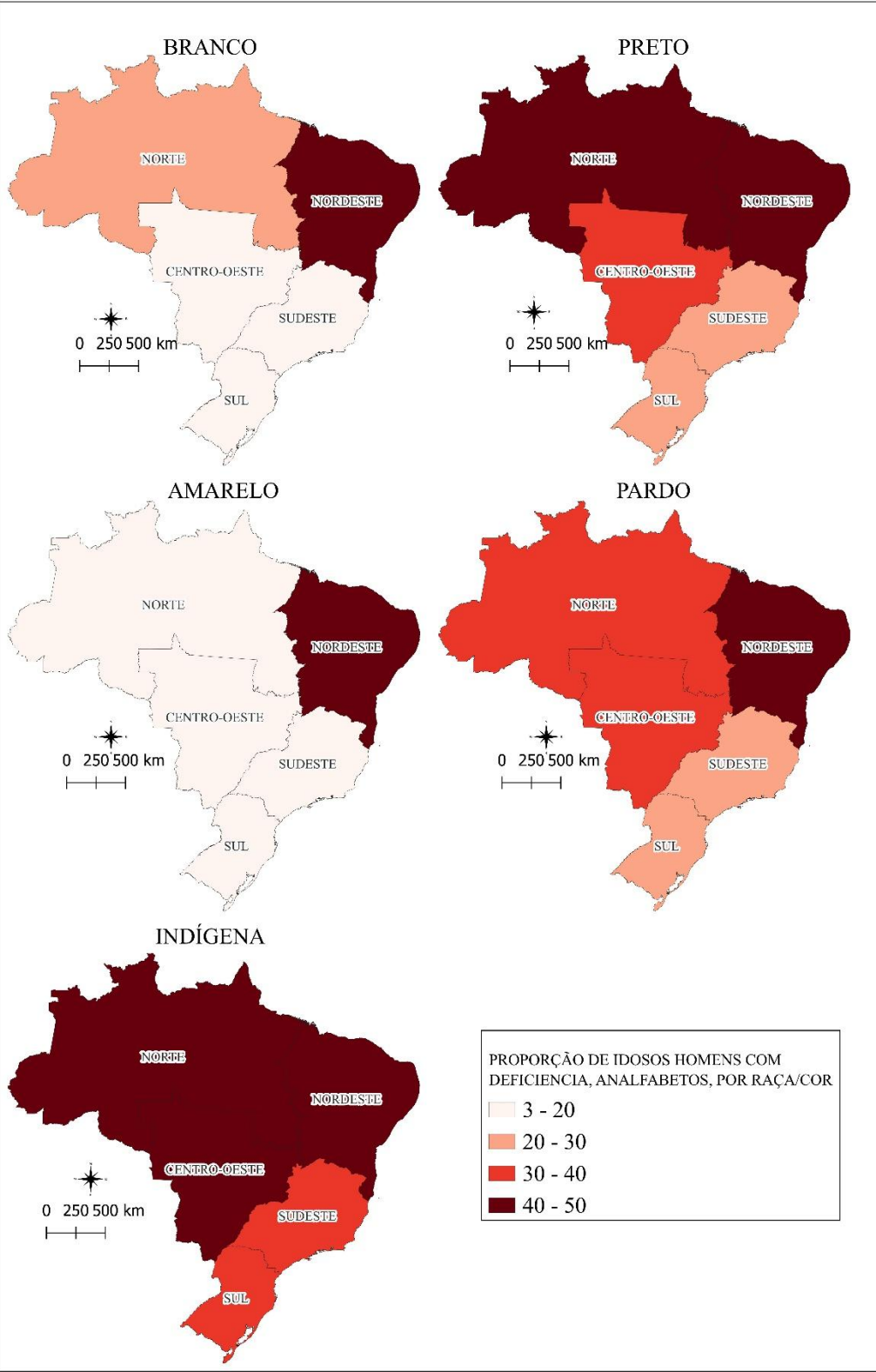


Fonte: Censo Demográfico IBGE (2022).

Na segunda etapa do estudo, foram analisadas a proporção de idosas mulheres com deficiência e analfabetismo, segundo raça/cor e grandes regiões, onde se evidencia diferenças marcantes (Imagem 1). As mulheres brancas e amarelas apresentaram os menores percentuais em todas as regiões, variando entre 5% e 30%.

Entre as mulheres pretas, observaram-se proporções mais elevadas, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valores entre 40% e 50%. Situação semelhante foi verificada entre as pardas, destacando-se o Nordeste, onde os percentuais superaram 40%. Já entre as mulheres indígenas, registraram-se as maiores proporções, alcançando de 50% a 60% em praticamente todas as regiões, especialmente no Norte e Centro-Oeste. Esses resultados indicam a coexistência de desigualdades regionais e raciais, com maior vulnerabilidade concentrada entre pretas, pardas e, principalmente, indígenas.

Imagem 2 – Mapas das proporções de mulheres idosas (60 ou mais anos), com deficiência autorrelatada, analfabetas, por raça/cor e grandes regiões do Brasil



Fonte: Censo Demográfico IBGE (2022).

Já análise da proporção de idosos homens com deficiência e analfabetismo, segundo raça/cor e grandes regiões, também mostra diferenças expressivas (Imagem 2). Entre os homens brancos e amarelos, os percentuais foram os mais baixos, situando-se entre 3% e 20% em todas as regiões. Entre os pretos, verificaram-se as maiores proporções, especialmente no Norte e Nordeste, onde os valores ficaram entre 40% e 50%.

Os idosos pardos também apresentaram prevalências elevadas, variando entre 30% e 40% nessas mesmas regiões. Entre os indígenas, observaram-se proporções igualmente altas, atingindo 40% a 50% em praticamente todo o país. Esses resultados apontam para a sobreposição de desigualdades raciais e regionais, com maior vulnerabilidade concentrada entre pretos, pardos e indígenas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo evidenciam que a prevalência de deficiências autorreferidas na população idosa brasileira acompanha o avanço da idade, com crescimento expressivo a partir dos 80 anos e atingindo patamares superiores a 60% entre os longevos com 100 anos ou mais. Esse padrão confirma a associação entre envelhecimento populacional e maior ocorrência de limitações funcionais, em consonância com evidências nacionais e internacionais que apontam o envelhecimento como principal fator de risco para o aumento das deficiências (Veras, 2009; Camarano, 2020).

Contudo, os achados também revelam marcantes desigualdades regionais. Norte e Nordeste apresentaram proporções mais elevadas de idosos com deficiência em praticamente todos os grupos etários, enquanto Sudeste e Sul concentraram os menores valores até cerca dos 85 anos, convergindo apenas em idades muito avançadas. Esse resultado reforça a persistência de desigualdades estruturais no país, em que condições de vida mais adversas, menor acesso a serviços de saúde e barreiras socioeconômicas contribuem para maior vulnerabilidade das populações idosas nessas regiões (Travassos & Castro, 2008).

As análises segundo sexo mostram que as mulheres apresentaram proporções mais altas de deficiência em todos os grupos etários em comparação aos homens, especialmente nas idades mais avançadas. Esse diferencial pode ser interpretado à luz da maior longevidade feminina, que implica em maior tempo de exposição ao risco de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e incapacidades, além de refletir desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida, como menor inserção no mercado de trabalho formal e maiores taxas de analfabetismo entre mulheres idosas (Saad, 2016; IBGE, 2023).

A estratificação por raça/cor e analfabetismo trouxe à tona dimensões adicionais da desigualdade. Entre as mulheres, observou-se que brancas e amarelas apresentaram os menores percentuais de deficiência associada ao analfabetismo, enquanto pretas, pardas e sobretudo indígenas concentraram as maiores proporções, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Resultados semelhantes foram encontrados entre os homens, com pretos, pardos e indígenas exibindo prevalências significativamente mais altas em comparação a brancos e amarelos. Esse padrão evidencia como a interseccionalidade entre raça/cor, escolaridade e território acentua vulnerabilidades, corroborando análises que apontam a população negra e indígena como a mais afetada pelas iniquidades em saúde no Brasil (The Lancet, 2023; Werneck, 2016).

De forma geral, a sobreposição de desigualdades sociodemográficas e regionais indica que o envelhecimento saudável — defendido como meta pela OPAS e pela OMS na Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030) — ainda enfrenta desafios significativos no Brasil. As diferenças identificadas sugerem que políticas públicas universais podem não ser suficientes para reduzir desigualdades, sendo necessário o fortalecimento de estratégias focalizadas que considerem gênero, raça/cor, escolaridade e território como eixos estruturantes da vulnerabilidade social na velhice.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Gov. (2024, 28 junho). Crescimento da população idosa brasileira expõe urgência de políticas públicas para combater violações e desigualdades. Brasília: Agência Gov. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/crescimento-da-populacao-idosa-brasileira-expoe-urgencia-de-politicas-publicas-para-combater-violacoes-e-desigualdades>

Camarano, A. A. (org.). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

Luna, D. F. de. (2025). Desigualdades regionais na adesão ao exame Papanicolau para rastreamento do câncer do colo do útero e fatores associados: uma análise com dados da pesquisa nacional de saúde 2019 (110 f., il.). [Trabalho acadêmico].

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2022: resultados preliminares da amostra – Pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. (n.d.). Envelhecimento saudável. <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>

Organização Pan-Americana da saúde - OPAS; Organização Mundial da Saúde - OMS. Década do envelhecimento saudável, 2021-2030. Brasília: opas/oms, 2020.

Saad, P. M. O envelhecimento populacional e as condições de saúde dos idosos no Brasil. *Textos para Discussão*, n. 469, Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

The Lancet. Geriatrics in low- and middle-income countries. *The Lancet Global Health*, v. 11, n. 2, p. e151–e152, 2023. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(23\)00424-2](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(23)00424-2).

Travassos, C; Castro, M. I. Determinantes sociais e desigualdades em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. e00000117, 2018.

Vasconcelos, A. M. N., & Gomes, M. M. F. (2012). Transição demográfica: a experiência brasileira. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 21(4), 539–548.

Veras, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

Werneck, G. L. Racismo estrutural e saúde da população negra: desafios para equidade no SUS. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 24-36, 2022.